

*Juliana
Costa*
Guimarães

Centro Paroquial Solidariedade Social Freguesia de Serpins

Anexo

27 de março de 2024



João Carlos Costa
Gestor Financeiro

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	10
5	Ativos Fixos Tangíveis	10
6	Inventários	11
7	Rédito	11
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
9	Benefícios dos empregados	12
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
11	Outras Informações	12
11.1	Investimentos Financeiros	13
11.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13
11.3	Clientes e Utentes	13
11.4	Outras contas a receber	14
11.5	Diferimentos	14
11.6	Outros Ativos Financeiros	14
11.7	Caixa e Depósitos Bancários	14
11.8	Fundos Patrimoniais	15
11.9	Fornecedores	15
11.10	Estado e Outros Entes Públicos	15
11.11	Outras Contas a Pagar	16
11.12	Outros Passivos Financeiros	16
11.13	Subsídios, doações e legados à exploração	16
11.14	Fornecimentos e serviços externos	17
11.15	Outros rendimentos	17
11.16	Outros gastos	17
11.17	Resultados Financeiros	18
11.18	Acontecimentos após data de Balanço	18



Juliana Costa
Brança

1 Identificação da Entidade

O “Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Serpins” é uma instituição sem fins lucrativos, criada por iniciativa da Fábrica da Igreja e ereta canonicamente por decreto do Ordinário Diocesano de Coimbra, com sede na Feira dos Bois, freguesia de Serpins, concelho da Lousã, distrito de Coimbra. Tem como atividade principal o Apoio Social sem Alojamento para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Integração e apoio a toda a comunidade principalmente idosos e crianças, através das várias valências que desenvolve no âmbito da segurança social nomeadamente:
 - Centro de dia;
 - Serviço de Apoio Domiciliário;
 - Creche;
 - ATL – Atividades de Tempos Livres

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do ano 2022 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a

Juliana Coila
Reap/asi

Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

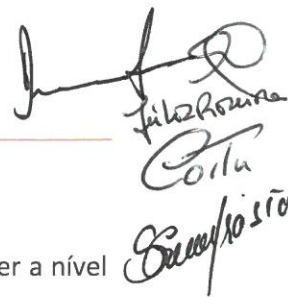
As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".



Filizbina
Costa
Garcia

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza, que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.



Handwritten signature and stamp in the top right corner. The signature appears to be 'J. P. F. Ribeiro' and the stamp is a circular official seal.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-----
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	-----
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que



se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out).

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão

diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e



Handwritten signature and stamp. The signature appears to be 'Filipe' and the stamp is a circular official seal.

respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativo não Corrente.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”



Filipe Ribeiro
Costa
Empresário

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

*Juliana
Bita
Buenfasi*

4 Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contábilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2023					
Descrição	Saldo inicial 2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final 2023
Custo						
Terrenos e recursos naturais	3.128,04					3 128,04
Edifícios outras construções	378.270,49					378 270,49
Equipamento básico	68.777,14					68.777,14
Equipamento de transporte	92.815,72					92 815,72
Equipamento administrativo	17.954,60					17 954,60
Outros Ativos: Ferramentas	6.717,66					6.717,66
Outros Ativos fixos tangíveis	28.600,24	2.527,35				31.127,59
Total	596.263,89	2.527,35	0,00	0,00	0,00	598.791,24
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios outras construções	283.915,97	19.038,50				302.954,47
Equipamento básico	64.436,14	167,88				64.604,02
Equipamento de transporte	92.815,72	0,00				92.815,72
Equipamento Administrativo	17.954,60	0,00				17.954,60
Outros Ativos Fixos - Ferram	6.504,87	0,00				6.504,87
Outros Ativos fixos tangíveis	30.166,67	1.188,03				31.354,70
Total	495.793,97	20.394,41	0,00	0,00	0,00	516.188,38

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2023, foram os seguintes:

	2023					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Edifícios	984,74					984,74
Total	984,74	0,00	0,00	0,00	0,00	984,74

Luís R. Silva
Luís R. Silva
Luís R. Silva

6 Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2023				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	702,08	53.376,84	15.193,50	1.305,74	45.756,90	12.453,00	702,08
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	702,08	53.376,84	15.193,50	1.305,74	45.756,90	12.453,00	702,08
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				32.880,30			0,00
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

7 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	83.320,20	65.883,43
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	28.960,00	42.715,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	112.280,00	108.598,43

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Handwritten signature and notes:
 12/2023
 Cota
 Benefício

Descrição	2023	2022
Subsídios do Governo		
IGFSS, IP	324.562,86	229.771,63
IEFP	4.760,54	8.773,87
Donativos	301,00	2.668,01
Apoio RMG	0,00	1.344,00
Apoio Covid 19	0,00	266,64
Total	329.624,40	242.824,15

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2023 e 2022, foram, respetivamente “5” e “5”. De um período para outro não se verificou qualquer alteração

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023 foi de “22” e em 31/12/2022 foi de “22”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	310.346,55	288 719,78
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	52.679,44	60 935,14
Seg. Acidentes Trabalho e Doenças Profissionais	2.528,52	2 732,91
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	6.245,38	9.859,07
Total	371.799,89	362.246,90

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

*Juliana
Costa
Bueno*

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2021
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	3.103,97	2.887,24
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	3.103,97	2.887,24

11.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem quaisquer valores apresentar

11.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	8.252,48	6.684,39
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	8.252,48	6.684,39

Nos períodos de 2023 e 2022 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2023	2022
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Handwritten signatures and initials:
 J. F. R.
 F. B. R.
 C. L.
 B. P.

11.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	0,00	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

11.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer		
	1.484,72	2.690,35
Total	1.484,72	2.690,35
Rendimentos a Reconhecer		
	0,00	17.721,96
Total	0,00	17.721,96

11.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2023	2022
Total	0,00	0,00

11.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguinte saldo:

Descrição	2023	2022
Caixa	373,22	46,97
Depósitos à ordem	17.005,19	74.417,32
Depósitos a prazo	45.000,00	5.000,00
Outros		
Total	62.378,41	79.464,29

*Juliana
Costa
Benevides*

11.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	146.668,16	0,00	0,00	146.668,16
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-21.070,47	0,00	95.710,66	-116.781,13
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	77.632,51	0,00	12.789,37	64.843,14
Total	203.230,20	0,00	108.500,03	94.730,17

11.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	11.660,66	11.230,51
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	11.660,66	11.230,51

11.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.905,07	975,28
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	1.905,07	975,28
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3.211,92	2.565,66
Segurança Social	9.706,36	9.409,39
Outros Impostos e Taxas	145,03	136,47
Total	13.063,31	12.111,52

Juliana Costa
Costa
Revisão

11.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		10.811,88		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		47.728,79	45.911,99	0,00
Outros credores		1.489,89	841,33	0,00
Total	0,00	60.030,56	46.753,32	0,00

11.12 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

Descrição	2023	2021
	-0	-0
Total	0,00	0,00

11.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	324.562,86	234.309,30
Subsídios de outras entidades	4.760,54	10.384,51
Doações e heranças	301,00	2.668,01
Legados	0,00	0,00
Total	329.624,40	302.923,88

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.



Handwritten signature and stamp, likely of the accounting officer, with the name 'Silvia Maria Costa' visible.

11.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	0,00	20,16
Serviços especializados	16.322,67	14.539,16
Materiais	2.249,23	1.857,21
Energia e fluidos	19.572,11	18.905,16
Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00
Serviços diversos	9.673,84	4 377,08
Total	47.817,85	43.041,50

11.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	19.517,26	14.317,45
Total	19.517,26	14.317,45

11.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	699,00	1.271,50
Total	699,00	1.271,50



João Roberto Costa

11.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	0,00	0,00

11.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas em Assembleia de Direção.

Serpins, 27 de março de 2024

O Contabilista Certificado

A Direcção



**CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
DA FREGUSIA DE SERPINS**

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31 de de Dezembro 2023

Guarapósio
Juliana Costa

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2023	31.12.2022
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	8	112.280,20	108.598,43
Subsídios, doações e legados à Exploração	9	329.624,40	240.156,14
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	7	37.579,68	32.880,30
Fornecimentos e serviços externos.....		47.817,85	42.658,57
Gastos com o pessoal.....	11	371.799,89	361.208,90
Ajustamento de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....	6	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções).....			
Outras Imparidades			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos		18.287,37	16.985,46
Outros gastos		699,00	1.271,50
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.295,55	-72.279,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5	20.394,41	23.431,42
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-18.098,86	-95.710,66
Juros e rendimentos similares obtidos			0,00
Juros e gastos similares suportados.....			0,00
Resultado antes de impostos		-18.098,86	-95.710,66
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-18.098,86	-95.710,66

A DIREÇÃO

O CC

Juliana Costa
Carlo António Serra Costa
Guarapósio

**CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
DA FREGUESIA DE SERPINS**

BALANÇO INDIVIDUAL

31 de Dezembro 2023

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2023	31.12.2022
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....	5	83.587,60	101.454,66
Bens do Património Histórico e Cultural			
Activos intangíveis			
Investimentos Financeiros		3.103,97	2.887,24
		86.691,57	104.341,90
Activo corrente:			
Inventários.....	7	1.305,74	702,08
Creditos a Receber		8.252,48	6.684,39
Estado e outros entes públicos		1.905,07	975,28
Diferimentos		1.484,72	2.690,35
Outros Activos Correntes			1.112,25
Caixa e depósitos bancários	4	62.378,41	79.464,29
		75.326,42	91.628,64
Total do Activo		162.017,99	195.970,54
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	2	146.668,16	146.668,16
Reservas	2		
Resultados transitados		(116.781,13)	(21.070,47)
Ajustamentos /Outras Variações nos Fundos Patrimoniais		64.843,14	77.632,51
		94.730,17	203.230,20
Resultado líquido do período		-18.098,86	-95.710,66
		76.631,31	107.519,54
Total dos Fundos Patrimoniais		76.631,31	107.519,54
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras Contas a Pagar			
Passivo corrente:			
Fornecedores		11.660,66	11.230,51
Estado e outros entes públicos		13.063,31	12.111,52
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			17.721,96
Outros Passivos Correntes		60.662,71	47.387,01
		85.386,68	88.451,00
Total do passivo		85.386,68	88.451,00
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		162.017,99	195.970,54

A DIREÇÃO

O CC

Luís Daniel dos Santos Pereira
António Senna
Américo

Luís Daniel dos Santos Pereira
António Senna
Américo

CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA FREGUESIA DE SERPINS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório de Contas 2023

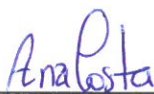
Nos termos legais e estatutários, o Conselho Fiscal do Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Serpins, fez o acompanhamento devido, durante o exercício em apreço, de toda a atividade e gestão promovidas pela Direção, da qual recebeu o apoio interessado e completo, no desempenho da sua função. Toda a documentação solicitada foi apresentada com clareza e transparência e assim foi facilitada a missão do Conselho Fiscal, pelo que elabora o seguinte Parecer:

O Relatório de Contas da Direção, relativamente ao exercício de 2023 merece a sua aprovação, sem reservas, com um resultado líquido negativo de 18.098,86€ (dezoito mil noventa e oito euros e oitenta e seis cêntimos).

Serpins, 27 de março de 2024

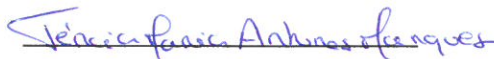
O CONSELHO FISCAL

A Presidente



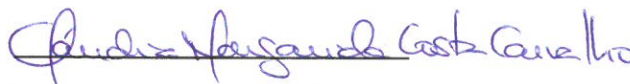
(Ana Paula Pereira Costa)

A Vogal



(Tércia Maria Antunes Marques)

A Vogal



(Cláudia Margarida Costa Carvalho)